



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



ATA N° 96/2023

1 Às treze horas e trinta minutos do dia onze de julho de dois mil e vinte e três, reuniram-se
2 nas dependências da Secretaria da Saúde, para reunião ordinária do Conselho Municipal de
3 Saúde, os seguintes membros: Kamille Sartori Beal e Jonieli de Jesus, titulares,
4 representando o poder público; Mariana Viganó, titular, representando os prestadores de
5 serviço; Silvana Aparecida Antunes, titular, representando os Trabalhadores da Saúde;
6 Cláudia Aparecida da Silva, suplente, representando os Trabalhadores da Saúde; Oneli Held,
7 Janis Maria Bertola Scarton, Juliana de Franceschi Siega Crippa, titulares, representando os
8 usuários; Tranquilo Delavechia e Antônio Carlos Mattiello, suplentes, representando os
9 usuários e Marlisa Aparecida Padilha, contadora do Município de Capinzal. **Pauta da**
10 **Reunião:** Projeto de LDO 2024 e projeto do ImunizaSUS. Kamille toma a palavra e informa
11 sobre o retorno da Jonieli ao CMS, informa que manterá o cargo de Secretária, já eleita
12 anteriormente. A Presidente do Conselho Mariana toma a palavra, dá as boas-vindas a todos
13 e repassa para a Marlisa. A mesma inicia sua fala informando que irá apresentar as Metas e
14 Prioridades para o CMS, referente a LDO para o exercício de 2024. Informa que a previsão
15 de receita (arrecadação) para o próximo ano é de R\$ 172.717.247,46 e destes, 3,94% está
16 programada para o Fundo Municipal da Saúde, ou seja, R\$ 6.802.440,00. A previsão da
17 transferência de recursos próprios é de R\$ 29.439.000,26, totalizando uma despesa
18 programada de R\$ 36.241.440,26. Marlisa explica sobre os blocos de investimento por
19 subfunção e referente aos projetos atividades, também comenta sobre os recursos destinados
20 através das emendas impositivas. Marlisa relata que o valor mínimo a ser aplicado na saúde
21 deve ser de 15%, sendo que a estimativa de investimento para o ano de 2024 é de 28,41%.
22 Jonieli comenta que o valor investido é muito bom, porém acredita que esse grande valor
23 investido reflete que a população capinzalense está cada vez mais doente. Kamille
24 acrescenta que o valor investido também aumentou devido os custos para a compra de
25 materiais, medicamentos e equipamentos que piorou após a pandemia e a Guerra da Rússia e
26 Ucrânia. Antônio toma a palavra e questiona como funciona a escolha dos materiais diante
27 de uma licitação. Kamille comenta que o município tem realizado suas aquisições através do
28 Consórcio CINCATARINA, o que dispensa o município de realizar licitações. Jonieli
29 acrescenta que se necessário adquirir algo através da licitação, é importante o descritivo do
30 item, influencia bastante na qualidade do material que por ventura venha a ser adquirido.
31 Antônio também questiona se a Secretária Kamille tem algum parecer frente a falta de

Handwritten signatures:
Mariana Viganó, Silvana Ap. Antunes, Cláudia A. da Silva, Janieli de Jesus, Tranquilo Delavechia, Antônio Carlos Mattiello, Kamille Sartori Beal, Oneli Held.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

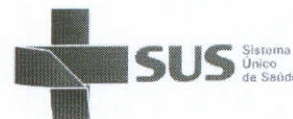


32 medicações que ocorre em todo território nacional. Kamille comenta que não só uma
33 questão das medicações SUS, mas as próprias farmácias particulares também enfrentaram e
34 continuam enfrentando a falta de diversas medicações. Oneli comenta que o que encarece
35 também é a “Lei da Oferta e Procura”. Antônio comenta que não se fez presente nas últimas
36 reuniões do CMS mas questiona como ficou a vinda da Irmã Adelaide para uma conversa
37 com os conselheiros e se ainda há muitas reclamações referente ao Hospital Nossa Senhora
38 das Dores. Mariana comenta que a Irmã não compareceu, mas encaminhou uma resposta
39 frente as perguntas realizadas. Kamille comenta que as reclamações ainda continuam, que na
40 última reunião realizada com a gerência do hospital, Capinzal autorizou a contratação de um
41 segundo médico plantonista, porém Zortéa e Ouro, outros municípios que fazem parte do
42 convênio, não concordaram. Kamille relata que sugeriu ao Sr. Nilvo Dorini, prefeito do
43 município que compareça na próxima reunião juntamente com os demais prefeitos dos
44 municípios conveniados afim de tentar resolver a situação. Silvana e Tranquilo informam
45 que algumas melhorias foram feitas, como colocar uma televisão onde aparece o nome da
46 pessoa, a cor da classificação e o direcionamento para qual sala deve ir para dar
47 continuidade ao seu atendimento. Juliana comenta que o maior problema é a demora do
48 atendimento, principalmente na ocorrência de emergência, o que é compreensível, porém
49 concorda que a vinda de outro médico amenizaria a situação. Kamille e Oneli também
50 comentam que a população não tem colaborado, pessoas que estão com sintomas a vários
51 dias, não procuraram a Atenção Básica e exigem serem atendidos com agilidade no pronto-
52 socorro. Silvana comenta sobre sua experiência no Hospital José Athanásio em Campo
53 Novos, relata que lá as situações que presenciou são bem similares as que ocorrem aqui.
54 Não tendo mais nenhuma dúvida sobre a LDO para 2024, Mariana passa para votação,
55 aprovado por unanimidade. Janes questiona sobre a situação da construção da ESF São Luiz,
56 Kamille comenta que o processo licitatório está no prazo final de recursos por parte das
57 empresas e acredita que até o final desta semana saberá qual é a empresa vencedora. Janes
58 também questiona sobre as reformas na Unidade Central, Kamille relata que o projeto está
59 em fase final de desenvolvimento, mas que serão feitas diversas reformas e ampliações na
60 atual estrutura. Kamille também comenta que haverá as reformas das Unidades do Interior.
61 Jonieli comenta que será necessário realizar a leitura da ATA nº 095/2023, referente a última
62 reunião do CMS. Kamille sugere para que coloque a ATA no grupo de WhatsApp e já sejam
63 sugeridas as alterações necessárias, só realizando a leitura e consequente aprovação na

Luiz
Mariana Vignio
Jonis Scar
Silvana Apontunes
Tranquilo
Oneli
Paulo Roberto



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



64 reunião subsequente. Mariana realiza a leitura da ATA 095/2023, colocada em votação e
65 aprovada por unanimidade. Referente a ata que foi lida, Jonieli comenta que irá confeccionar
66 um informe com o telefone das unidades e os equipamentos disponíveis para empréstimo.
67 Kamille fala sobre a capacitação que irá ocorrer na próxima sexta-feira, dia 14/07 nas
68 dependências do Cabeção para todos os funcionários da Secretaria da Saúde e, estende o
69 convite para os Conselheiros. Jonieli comenta que irá colocar o convite no grupo do
70 WhatsApp e Kamille pede para que confirmem presença. Kamille informa os presentes que
71 os representantes do município de Capinzal estarão embarcando no próximo domingo para o
72 37º Congresso Nacional de Secretarias que irá ocorrer em Goiânia/Goiás, apresentando o
73 projeto de imunização em uma empresa frigorífica de aves (BRF). Encerrando os temas da
74 pauta, Mariana agradece a presença de todos e encerra a reunião. Nada mais havendo a
75 tratar, eu, Jonieli de Jesus, secretária do CMS, lavrei a presente ata.

Jonieli de Jesus *Mariana Viegari* *Jonieli de Jesus* *Kamille* *Jonieli de Jesus*
Tramagudo *Jonieli de Jesus*



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



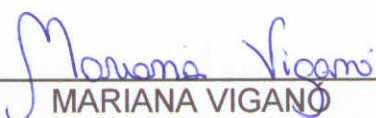
INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Capinzal/ Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Capinzal		UF: SC
ASSUNTO: Metas e Prioridades referentes a LDO para o exercício 2024		
PARECER: Nº 06/2023 – Metas e Prioridades referentes a LDO para o exercício 2024		
RELATÓRIO – CMS Nº 06/2023	COLEGIADO: Conselho Municipal de Saúde	APROVADO EM: 11/07/2023

O Conselho Municipal de Saúde – CMS, em reunião ordinária realizada no dia onze de julho de dois mil e vinte e três, Ata nº 96/2023, no uso de suas competências regulamentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Municipal nº 2.310/2001, o Conselho Municipal de Saúde, do Município de Capinzal, emite relatório e parecer que segue.

I – RELATÓRIO

Durante reunião do Conselho Municipal de Saúde de Capinzal, realizada no dia onze de julho de dois mil e vinte e três, a equipe da Secretaria da Saúde juntamente com a Contadora do município, Marilisa Aparecida Padilha, apresentaram as Metas e Prioridades referentes a LDO para o exercício 2024. Não houve nenhuma dúvida por parte dos Conselheiros, dessa forma o pleno deste Conselho Aprova as Metas e Prioridades referentes a LDO para o exercício de 2024.

Capinzal, SC, 11 de julho de 2023


MARIANA VIGANO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde


KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária Municipal da Saúde



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE




RESOLUÇÃO 14/2023/CMS

Capinzal (SC), 11 de julho de 2023

O pleno do Conselho Municipal de Saúde em reunião ordinária realizada no dia 11 de julho de 2023, Ata nº 96/2023, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei Municipal 2.310 de 10 de outubro de 2001 resolve:

Art.1: Aprovar os recursos, as metas e prioridades constantes do projeto da LDO, a serem executadas pelo Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2024.



MARIANA VIGANÓ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Capinzal – SC



KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde
Capinzal - SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE
CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA Nº 5/2023

Às oito horas, do dia doze de julho de dois mil e vinte e três, reuniram-se nas dependências do CREAS, para reunião extraordinária, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social. **Pauta da Reunião:** Análise e aprovação das Metas e Prioridades Orçamentárias relativas ao Fundo Municipal de Assistência Social que integram o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024. O Poder Executivo de Capinzal, através do Secretário Municipal de Administração e Finanças, Sr. Ivair Lopes Rodrigues, encaminhou a este Conselho o ofício nº 12/2023, de 6 de julho de 2023, acompanhado de diversos relatórios que demonstram as receitas previstas, as despesas fixadas e as ações pretendidas para o Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2024, que constam do Projeto de Lei que trata da LDO para o exercício de 2024, para análise do CMAS. As ações apresentadas foram pré-discutidas na audiência pública em 30/06/2023 e totalizam um valor de R\$ 2.905.891,00 (dois milhões, novecentos e cinco mil, oitocentos e noventa e um reais). Na análise dos relatórios apresentados pela Administração Municipal, a presidente do CMAS explanou aos presentes detalhadamente a proposta apresentada pelo executivo municipal. A matéria foi posta em discussão e votação que por unanimidade dos membros do CMAS presentes foi aprovado a emissão de PARECER pela APROVAÇÃO dos recursos e das metas e prioridades constantes do projeto da LDO, a serem executadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social no exercício de 2024, que propiciam o desenvolvimento de ações voltadas ao atendimento preconizado nas Leis Federais nºs 12.435/2011, 12.513/2011, 11.129/2005, 11.692/2008, suas alterações, e na Lei Orgânica da Assistência Social. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, lida e assinada pelos presentes.

Jonick de Jesus
Ivair Pedro Galvão
José Luis Martins
Aline Soccolinski
Roseli Fátima do Silveira
Eliana Caragosa de Rêgo
Vilmar Rêgo

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAPINZAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Capinzal/Secretaria Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social.		UF: SC	
ASSUNTO: Análise e aprovação das Metas e Prioridades inseridas na LDO para 2024, do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.			
PARECER CMAS Nº: 001/2023	COLEGIADO: Conselho Municipal de Assistência Social	APROVADO 12/07/2023	EM:

No exercício da competência que lhe é conferida pela Lei Complementar Municipal nº 187, de 11 de novembro de 2015, no que couber na Lei municipal nº 1.776, de 14 de outubro de 1993, e na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1.993 e pelo art. 84, da Resolução CNAS nº 33, de 2012, o Conselho Municipal de Assistência Social do município de Capinzal, emite relatório e parecer que segue.

I – RELATÓRIO

Trata-se de proposição do Executivo Municipal pertinente as metas e prioridades para o Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, para o exercício de 2024, constantes do Projeto de Lei, que estabelece as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município de Capinzal, para o exercício de 2024, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165, da Constituição Federal, com a previsão de aplicação de recursos orçamentários e financeiros, oriundos do tesouro municipal, de transferências dos Fundos Estadual e Nacional de Assistência Social e de mais recursos, para o referido exercício.

A formulação, a execução e o controle da política de proteção social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades sócio-territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, visa: prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural; assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

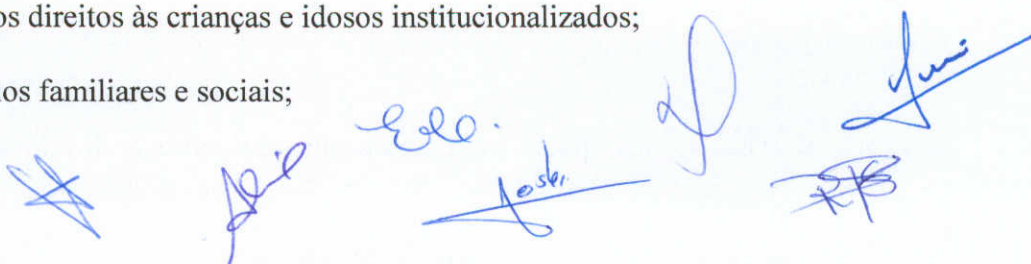
A administração do FMAS deve seguir a mesma lógica da elaboração e execução do orçamento municipal, que deve contar com a participação ativa do Conselho de Assistência Social e da sociedade civil organizada na definição e execução das prioridades relativas à Proteção integral ao público usuário compreendido: cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAPINZAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Considerando a Política Nacional de Assistência Social, e seguindo a concepção do Sistema Único da Assistência Social, as ações devem ter como objetivo garantir para as famílias em situação de vulnerabilidade social serviços, programas, projetos e benefícios a nível do serviço de proteção social, visando a integralidade e equidade de atendimentos, além da efetivação de seus direitos, garantindo assim o direito à convivência familiar e comunitária, e, ainda:

- Garantir a implementação e o efetivo funcionamento do CRAS e CREAS, para ampliação da rede prestadora dos serviços das ações previstas na Proteção Social Básica e na proteção Especial de Média e Alta Complexidade;
- Possibilitar estratégias de enfrentamento das situações de agravamento social;
- Criar indicadores de qualidade dos serviços ofertados;
- Identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições;
- Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;
- Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte, lazer e habitação existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos;
- Prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais, promovendo a inclusão social;
- Oferecer possibilidades de desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo à participação cidadã;
- Desenvolver ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos que contribuem para a intensificação da dependência;
- Contribuir para a construção e reconstrução de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento;
- Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;
- Acolher e garantir os direitos às crianças e idosos institucionalizados;
- Restabelecer vínculos familiares e sociais;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAPINZAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na análise dos documentos apresentados pelo Executivo Municipal, pertinentes às metas e prioridades e a previsão de recursos para a aplicação em ações voltadas à assistência social, apurou-se os seguintes dados:

a) PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS

Tabela – 01			
I.	RECEITAS CORRENTES	R\$	773.001,48
1.1	Receita Tributária	R\$	0,00
1.2	Receita Patrimonial	R\$	23.903,36
1.3	Receita de Serviços	R\$	
1.4	Transferências Correntes	R\$	749.098,12
1.5	Outras Receitas Correntes	R\$	
	Transferências Financeiras	R\$	2.132.024,24
2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	865,28
2.1	Alienação de Bens	R\$	865,28
	Total	R\$	2.905.891,00

A tabela acima demonstra a previsão das receitas a serem auferidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social durante o exercício de 2024, no valor de 2.905.891,00 (dois milhões, novecentos e cinco mil, oitocentos e noventa e um reais), assim composta: R\$ 773.001,48 (setecentos e setenta e três mil, um real e quarenta e oito centavos) de receitas próprias e de transferências da União e do Estado através dos fundos respectivos, R\$ 865,28 (oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito) provenientes de Alienação de Bens e R\$ 2.132.024,24 (dois milhões, cento e trinta e dois mil, vinte e quatro reais, vinte e quatro centavos) resultante de repasse do tesouro municipal.

b) DETALHAMENTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR AÇÃO

Tabela – 02		
Nº DA AÇÃO	Ações	Valor
2120	Atendimento social ao idoso	250.000,00
2121	Manutenção Do Centro de Convivência da Terceira Idade	86.528,00
2122	Assistência à Criança e ao Adolescente	45.427,20
2123	Manutenção do Abrigo	960.407,82
2124	Manut.dos Serviços de Convivência e Fortalecimento Vínculos	250.000,00
2125	Transferências de recursos financeiros a APAE	26.234,21

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAPINZAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1053	Aquisição de equipamentos para melhoria da gestão	24.660,48
2127	Concessão de benefícios eventuais a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social	600.000,00
2128	Manut. Ativ. De Centro de Referência Assistência Social CRAS	280.103,68
2129	Manut.da Gestão do Prog. Bolsa Familia e Cad.Único	29.852,16
2130	Manut.do Centro de Referência Especializado Creas	225.256,86
2131	Manut. Do IGD SUAS – Índice De Gestão Descentralizada	37.358,46
2132	Manut.do Pronatec Programa Nac.Acesso Ensino e Emprego	32.196,53
2133	Manut.do Programa Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho	30.825,60
2154	Atend. Social à Pessoas portadoras de deficiências	27.040,00
	Total	2.905.891,00

DEMONSTRATIVO DOS PERCENTUAIS DOS INVESTIMENTOS E CUSTEIO EM
RELAÇÃO À RECEITA

Tabela – 03			
PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO	(%)		2.905.891,00
PREVISÃO DE INVESTIMENTO	0,03		865,28
PREVISÃO DE CUSTEIO	99,97		2.905.025,72

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO

Tabela – 04			
II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
08	Assistência Social	R\$	2.905.891,00
	Total	R\$	2.905.891,00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA

Tabela – 05			
III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0170	Atendimento ao Idoso	R\$	336.528,00
0175	Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente	R\$	1.282.069,23
0185	Assistência Comunitária – Gestão da Política Soc.	R\$	651.700,48
0195	Atenção Integral a Família – Proteção	R\$	635.593,29
	Total	R\$	2.905.891,00

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL
DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -
FUNDEB, DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA Nº 0004/2023

Às oito horas, do dia onze de julho de dois mil e vinte e três, reuniram-se nas dependências da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, os seguintes membros: Luciana Milesqui Wilbert, Keli Polo, Lucélia Alves Dalposso, Patrícia Viganó Zanini, Mirian Azeredo Silva, Maíra Feijó Almeida, Tenair Junior Michelotto, Gabriela Conceição Soccol, Maria Terezinha Lopes Duarte de Oliveira, Carla Dambros Viccari, Marcelo Schwaize.

Pauta da Reunião: Análise e aprovação das Metas e Prioridades Orçamentárias relativas a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes que integram o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024. O Poder Executivo de Capinzal, através do Secretário Municipal de Administração e Finanças, Sr. Ivair Lopes Rodrigues, encaminhou a este Conselho o ofício nº 10/2023/SAF de 06 de julho de 2023, acompanhado de diversos relatórios que demonstram as receitas previstas, as despesas fixadas e as ações pretendidas para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, relativas ao Ensino Fundamental e Infantil que trata da LDO para o exercício de 2024, para análise do CMACS DO FUNDEB. As ações apresentadas totalizam um valor de R\$ 48.858.822,40 (quarenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e dois reais e quarenta centavos). O valor previsto de recursos próprios para a aplicação no ensino é de R\$ 36.297.215,37 (trinta e seis milhões, duzentos e noventa e sete mil duzentos e quinze reais e trinta e sete centavos) correspondendo a 29,71% (vinte e nove vírgula setenta e um por cento), da previsão das receitas de impostos e transferências. Na análise dos relatórios apresentados pela Administração Municipal, a presidente do CACS DO FUNDEB explanou aos presentes detalhadamente a proposta apresentada pelo executivo municipal. A matéria foi posta em discussão e votação que por (unanimidade/maioria) dos membros do CACS DO FUNDEB presentes foi aprovado a emissão de PARECER pela APROVAÇÃO dos recursos e das metas e prioridades constantes do projeto da LDO, a serem executadas pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes no exercício de 2024, que propiciam o desenvolvimento de ações voltadas ao Ensino Fundamental, no cumprimento ao mandamento Constitucional e demais legislação em vigor, bem como ao estabelecido no Plano Municipal de Educação. Nada mais havendo a tratar, eu Gabriela Conceição Soccol, presidente do CACS, lavrei a presente ata, que será lida e assinada pelos presentes.

Carla D. Viccari

Miriam de Jesus
Maíra Feijó Almeida
Patrícia Viganó Zanini
Maria Terezinha Lopes Duarte de Oliveira
Gabriela Conceição Soccol

Keli Polo
Luciana Milesqui Wilbert
Tenair Junior Michelotto

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Capinzal/Secretaria Municipal de Educação		UF: SC
ASSUNTO: Análise das metas e prioridades para a Secretaria da Educação, Cultura e Esportes / recursos do Ensino/FUNDEB, para o exercício de 2024.		
RELATORA: Gabriela Conceição Soccol		
PROCESSO: 004/2023		
PARECER FUNDEB Nº: 004/2023	CACS- COLEGIADO: Conselho	APROVADO 11/07/2023
		EM:

I – RELATÓRIO

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei Complementar nº 121/2009, e em cumprimento ao estabelecido pela Lei Federal nº 11.494/2007 e pelo Decreto Federal nº 6.253/2007, no exercício da competência que lhe é conferida para legislação supra, emite relatório e parecer que segue.

I – RELATÓRIO

Trata-se de proposição do Executivo Municipal pertinente as metas e prioridades para a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, vinculadas a função EDUCAÇÃO, para o exercício de 2024, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 165, da Constituição Federal, com a previsão de aplicação de recursos orçamentários e financeiros, oriundos do tesouro municipal de impostos e de transferências de impostos e de transferências do Fundo Nacional da Educação (FNDE) e de mais recursos, para o exercício de 2024.

Na análise dos documentos apresentados pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pertinentes às metas e prioridades e a previsão de recursos para a aplicação em ações no desenvolvimento do Ensino apurou-se os seguintes dados:

a) DETALHAMENTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O quadro abaixo demonstra as despesas por ações, vinculadas a função 12 (Educação), na Secretaria da Educação para o exercício de 2024, totalizando o valor de R\$ 48.858.822,40 (quarenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR AÇÃO

Nº DA AÇÃO	Ações	Valor
1010	Constr.e Adequação de creches e pré escolas	2.054.080,00
1011	Constr. E Ampl. de ginásio de esportes junto escolas	594.880,00
1012	Aquisição de veículos	140.608,00
1013	Aquisição de veículos para o transporte escolar	567.840,00

2037	Manutenção das Pré-Escolas	4.731.040,00
2038	Manutenção das Creches	9.168.448,00
2039	Aquis. de material didático pedagógico p/educação infantil	37.856,00
2041	Capacitação de profissionais da educação infantil	100.000,00
2042	Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	2.785.000,00
2043	Manut. Do Ensino Fundamental e Profis.do Magistério	23.020.734,40
2045	Aquis. de material didático pedagógico p/ens. Fundamental	54.080,00
2046	Constr.Manut.Conservação e ampl. Inst.Físicas das Escolas	1.214.896,00
2047	Aquisição de material escolar para o ensino fundamental	202.000,00
2048	Manut. Do Transporte Escolar	2.280.000,00
2049	Atendimento as dificuldades e problemas de aprendizagem	509.632,00
2051	Capacitação dos profissionais do ensino fundamental	108.160,00
2053	Assist. do educando do ensino médio profissionalizante	270.000,00
2055	Auxílio no transporte escolar para o ensino superior	248.768,00
2056	Manutenção da educação de jovens a adultos	230.000,00
2057	Manut. do atendimento aos portadores de necess. Especiais	324.480,00
2058	Transf. de recursos financeiros p/ escolas Ensino Especial	216.320,00
	Total	48.858.822,40

b) DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO

II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
12	Educação	R\$	48.858.822,40
	Total	R\$	48.858.822,40

c) DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA

II.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		0,00
0060	Educação Infantil	R\$	16.091.424,00
0065	Ensino Fundamental	R\$	28.692.830,40
0065	Ensino Fundamental (Adm)	R\$	2.785.000,00
0070	Ensino Médio	R\$	270.000,00
0075	Ensino Superior	R\$	248.768,00
0080	Educação de Jovens e Adultos	R\$	230.000,00
0085	Educação Especial	R\$	540.800,00
	Total	R\$	48.858.822,40

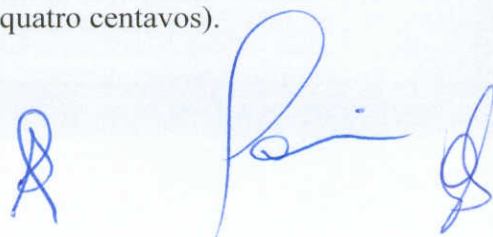
O art. 212 da Constituição Federal estabelece que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

A seguir, demonstramos a previsão das receitas de impostos e provenientes da transferência de impostos, bem como a previsão das despesas com o Ensino Fundamental e Educação Infantil para o exercício de 2.024.

d) DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE 25% DE IMPOSTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL, ARTIGO 212 DA CF, PREVISÃO PARA 2024

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	%
A - RECEITAS DE IMPOSTOS/TRANSFERÊNCIAS	122.166.164,74	100,00
A .1 - Impostos Municipais	17.255.527,88	14,12
IPTU	3.651.616,00	
ITBI	1.666.002,88	
ISSQN	8.438.464,00	
I.R.R.F.	3.499.445,00	
A .2 - Transferência do Estado	54.974.924,86	45,00
Cota do ICMS	50.500.000,00	
Cota do IPVA	4.053.100,86	
Cota IPI s/ exportação	421.824,00	
Outras		
A .3 - Transferências da União	49.935.712,00	40,88
Cota FPM+1%	49.800.000,00	
Cota ITR	60.000,00	
Cota IPI s/ Exportação	0,00	
LC 87/96	75.712,00	
B - Percentual mínimo de 25%	30.541.541,19	25,00
C - Repasse ao FUNDEF 20,00%(FPM,ICMS,IPI,LC87/96,IPVA,ITR)	20.510.127,37	20,00
D - Retorno do FUNDEF	28.924.374,40	141,02
E - DESPESAS COM ENSINO - FUNÇÃO 12 (Fund.e Infantil)	47.569.254,40	38,94
Subfunção: 361 – Educação Fundamental	28.692.830,40	
Subfunção: 365 - Ensino Infantil	16.091.424,00	
Subfunção: 122 - Administração Outras Despesas com Educação	2.785.000,00	
F – DEDUÇÕES	11.272.039,03	9,23
Desp. Com Recursos Transf.de conv. do Estado	750.000,00	
Desp. Com Recursos Transf.Programa PDDE	5.408,00	
Desp. Com Recursos do Salário Educação	1.992.384,00	
Desp. Com Rec. Prog Nac.Transp.Escolar-União PNATE	110.000,00	
Ganhos com FUNDEB - Retorno Maior que o Repasse	8.414.247,03	
Outros		
G - DESPESAS CONSIDERADAS (E-F)	36.297.215,37	29,71
C O N C L U S ã O		
Valor Mínimo a ser aplicado (B)	30.541.541,19	25,00
Valor previsto com ensino (G)	36.297.215,37	29,71
Aplicação a maior (cumpre)	5.755.674,19	4,71

Analisando os relatórios apresentados pelo executivo constatamos que a previsão de impostos e transferências é de R\$ **122.166.164,74** (cento e vinte e dois milhões, cento e sessenta e seis mil, cento e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos).



Consideram-se despesas com a subfunção 361 - Ensino Fundamental e 365 - Educação Infantil, mais 122 - Despesas com Administração totalizam R\$ 47.569.254,40 (Quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos) que corresponde a 38,94% da arrecadação prevista de impostos e transferências. Dessas despesas, são deduzidos os convênios e outras previsões de repasses do FNDE, e ganhos com o Fundeb com previsão de R\$ 11.272.039,03 (onze milhões, duzentos e setenta e dois mil, trinta e nove reais e três centavos) que corresponde a 9,23%.

O valor previsto de recursos próprios para a aplicação no ensino em 2024 é de R\$ **36.297.215,37** (Trinta e seis milhões, duzentos e noventa e sete mil, duzentos e quinze reais e trinta e sete centavos) correspondendo a 29,71% (vinte e nove vírgula setenta e um por cento), da previsão das receitas de impostos e transferências. Portanto, atende o disposto no art. 212 da Constituição Federal que estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Aplicação de 70% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.

Dispõe artigo o 212-A da Constituição Federal e a inclusão pela Emenda Constitucional nº 108/2020, que proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada Fundo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

No quadro a seguir será demonstrada a receita proveniente do retorno do FUNDEB e a aplicação na remuneração dos profissionais do magistério.

e) DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE 70% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

RELATORIO APLICAÇÃO 70% DOS RECURSOS DE RETORNO DO FUNDEB, CONFORME ART. 7º, § ÚNICO DA LEI 9.424/96, QUE DISPÕE SOBRE O FUNDEB; EC 108/2020, LEI 9.394/96 -LDB E ART. 60 DO ADT DA CF, PERÍODO: EXERCÍCIO DE 2024.		
DISCRIMINAÇÃO	VALOR	%
A -TOTAL DOS RECURSOS	28.946.006,40	100
B - RETORNO DO FUNDEB EM 2024	28.924.374,40	99,93
C - RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM 2024	21.632,00	0,07
D - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO NO PERÍODO	20.262.204,48	70,00
E - VALOR PREVISTO PARA GASTOS COM PROFESSORES	20.483.680,00	70,77
F - DESPESAS CONSIDERADAS	12.927.480,00	70,07
CONCLUSÃO		
Valor mínimo (D)	20.262.204,48	70,00
Valor considerado (F)	20.483.680,00	70,07
Valor previsto a Maior (cumpre)	221.475,52	0,77
Art. 60, do Ato das Disp. Const.Transitórias		

O valor da previsão de aplicação de 70% dos recursos do FUNDEB na valorização dos profissionais do magistério da educação básica é de R\$ 20.483.680,00 (vinte milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e oitenta reais) correspondendo a 70,77% (setenta vírgula setenta e sete por cento) das receitas previstas para retorno do FUNDEB, para o exercício em apreço. Portanto, atende o disposto no inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 108/2020.

II – VOTO DO RELATOR

A Legislação estabelece limites mínimos para a aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Artigo 212 da Constituição Federal).

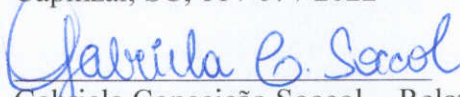
As receitas previstas para o período em exame, resultantes de impostos municipais, transferências constitucionais da União e do Estado, mais receitas de multas e juros de mora sobre impostos e da Dívida Ativa sobre impostos, somam a importância de R\$ 122.166.164,74 (cento e vinte e dois milhões, cento e sessenta e seis mil, cento e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos).

O valor previsto de recursos próprios para a aplicação no ensino em 2024 é de R\$ 36.297.215,37 (trinta e seis milhões, duzentos e noventa e sete mil, duzentos e quinze reais e trinta e sete centavos)) correspondendo a 29,71% (vinte e nove vírgula setenta e um por cento), da previsão das receitas de impostos e transferências. Portanto, atende o disposto no art. 212 da Constituição Federal que estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Na Remuneração dos Profissionais do Magistério foram previstos valores na ordem R\$ 20.483.680,00 (vinte milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e oitenta reais) correspondendo a 70,77% (setenta vírgula setenta e sete por cento) das receitas previstas para retorno do FUNDEB, para o exercício em apreço. Atendendo o disposto no inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020.

Em conclusão pós-análise dos relatórios apresentados pela administração municipal, que contemplam as prioridades e metas da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, na aplicação de recursos de impostos e de retorno do FUNDEB no desenvolvimento do Ensino para 2024, propõe-se a emissão de parecer pela **APROVAÇÃO** dos valores constantes das ações pertinentes a Secretaria Municipal da Educação, para o referido exercício.

Capinzal, SC, 11 / 07 / 2022


Gabriela Conceição Soccol - Relatora

III – DECISÃO DA PLENÁRIA

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, por unanimidade dos presentes APROVA as metas e prioridades a serem executadas pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, no exercício de 2024, no desenvolvimento de ações voltadas ao Ensino, no cumprimento ao mandamento Constitucional e demais legislação em vigor, bem como ao estabelecido no Plano Municipal de Educação.

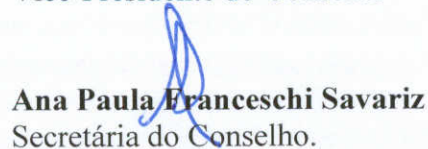
Capinzal, SC. 11 de Julho de 2023



Gabriela Conceição Soccol
Presidente do Conselho



Tenair Michelotto
Vice-Presidente do Conselho



Ana Paula Franceschi Savariz
Secretária do Conselho.

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE
CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA Nº 0006/2023

Às 08:00 horas, do dia 13 de julho de dois mil e vinte e três, reuniram-se nas dependências do Centro Educacional Prefeito Celso Farina, para reunião do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, os membros: Juliano do Padro; Luciana Cadorin Baretta; Janis Maria Bertola Scarton; Gabriela Conceição Soccol; Carla Dambrós Viccari; Carina Tavares Pereira e Cleverson Machado Pereira. Pauta: **Análise das Metas e Prioridades Orçamentárias relativas ao FIA que integram o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024.** O Poder Executivo de Capinzal, através do Secretário Municipal de Administração e Finanças, Sr. Ivair Lopes Rodrigues, encaminhou a este Conselho o ofício 14/2023 de 06 de julho de 2023, acompanhado de diversos relatórios que demonstram as receitas previstas, as despesas fixadas e as ações pretendidas para o FIA, para o exercício de 2024, que constam do Projeto de Lei que trata da LDO para o exercício de 2024, para análise do CMDCA. As ações apresentadas foram pré-discutidas na audiência pública em 30/06/2023 e totalizam um valor de R\$ 118.110,00 (Cento e deztoitos mil, cento e dez reais). Na análise dos relatórios apresentados pela Administração Municipal, pertinentes ao projeto de lei que contempla as prioridades e metas para o FIA no exercício de 2024, o presidente do CMDCA explicou aos presentes detalhadamente a proposta apresentada pelo executivo municipal. A matéria foi posta em discussão e votação que por unanimidade dos membros do CMDCA presentes foi aprovado a emissão de PARECER pela APROVAÇÃO dos recursos e das metas e prioridades constantes do projeto da LDO, a serem executadas pelo FIA no exercício de 2024, que propiciam o desenvolvimento de ações voltadas aos objetivos postos na Lei Municipal nº 2.427, de 20 de dezembro de 2002, na Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1.990 e no Plano Municipal de Assistência Social. Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Cadorin Baretta, secretária do CMDCA, lavrei a presente ata, que será lida e assinada pelos presentes.

Juliano do Padro
Gabriela B. Soccol *Janis M. Bertola Scarton* *Carina T. Pereira*
Carla D. Viccari *Cleverson M. Pereira*

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Capinzal/Secretaria Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.		UF: SC
ASSUNTO: Análise e aprovação das Metas e Prioridades inseridas na LDO para 2022, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal – FIA.		
RELATOR: Luciana Cadorin Baretta		
PROCESSO: 0001/2023		
PARECER CMDCA Nº: 0001/2023	COLEGIADO: Conselho	APROVADO EM: 14/07/2023

I – RELATÓRIO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 2.427, de 20 de dezembro de 2002, em cumprimento ao estabelecido no art. 7º da citada Lei e no que dispõem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1.990 e no art. 84, da Resolução CNAS no 33, de 2012, após análise dos documentos apresentados pelo Executivo Municipal, pertinentes as metas e prioridades constantes do Projeto de Lei, que estabelece as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município de Capinzal para o exercício de 2024, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165, da Constituição Federal, com a previsão de aplicação de recursos orçamentários e financeiro, oriundos do tesouro municipal, bem como, provenientes de doações efetuadas por pessoas jurídicas e físicas, para o exercício de 2023, emite relatório e parecer que segue.

a) – DAS RECEITAS DO FIA

A tabela a seguir demonstra a previsão das receitas a serem auferidas pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, durante o exercício de 2024, no valor de R\$ 118.110,72 (Cento e dezoito mil, cento e dez reais e setenta e dois centavos), assim composta: R\$ 97.344,00 (Noventa e sete mil e trezentos e quarenta e quatro reais) de receitas próprias e R\$ 20.766,72 (vinte mil, setecentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos) resultantes de repasse do tesouro municipal.

Tabela – 01			
Demonstrativo da Receita Orçada			
Código	Especificação		Valor
4100000000000	RECEITAS CORRENTES		97.344,00
4130000000000	Receita Patrimonial	37.856,00	
4170000000000	Transferências Correntes	54.080,00	
4190000000000	Outras Receitas Correntes	5.408,00	

Luciana Cadorin Baretta

Sub-Total		97.344,00
00000000000000	Transferências do Município	20.766,72
Total Geral		118.110,72

b) – DAS DESPESAS DO FIA

Tabela – 02			
CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA			
Código	Especificação		Valor
30000000000000	DESPESAS CORRENTES		105.131,52
33000000000000	Outras Despesas Correntes	105.131,52	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL		12.979,20
44000000000000	Investimentos	12.979,20	
Total Geral			118.110,72

c) – DESPESAS POR AÇÃO


Tabela – 03		
AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2115	Assistência à Criança e ao Adolescente	45.427,20
2116	Incentivo à Guarda e à adoção	13.628,16
2117	Formação e Capacitação de Pessoal	19.306,56
2118	Divulgação dos Direitos da Criança e do Adolescente	11.356,80
2119	Prevenção de Dependências Cruzadas	28.392,00
	Total	118.110,72

DEMONSTRATIVO DOS PERCENTUAIS DOS INVESTIMENTOS E
 CUSTEIO EM RELAÇÃO À RECEITA

Tabela – 04			
PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO	(%)		118.110,72
PREVISÃO DE INVESTIMENTO	10,99		12.979,20
PREVISÃO DE CUSTEIO	89,01		105.131,52

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO

Tabela – 05			
II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
08	Assistência Social	R\$	118.110,72
	Total	R\$	118.110,72

Carimbo função de... 

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA

Tabela – 06			
III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		0,00
0175	Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente	R\$	89.718,72
0180	Prevenção e Combate ao Usa de Drogas	R\$	28.392,00
	Total	R\$	118.110,72

Na síntese apresentada nas tabelas 02 a 06, verifica-se que para o exercício de 2024, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente disporá do valor de R\$ 118.110,72 (Cento e dezoito mil, cento e dez reais e setenta e dois centavos) para o desenvolvimento de ações que integram as Políticas Sociais Básicas e dos Programas de Proteção Especial para a Infância e a Adolescência.

Do total das despesas, R\$ 105.131,52 (Cento e cinco mil e cento e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos) correspondendo 89,01% (oitenta e nove vírgula zero um por cento) são destinadas ao custeio e R\$ 12.979,20 (doze mil, novecentos e setenta e nove reais e vinte centavos) correspondendo 10,99 (Dez vírgula noventa e nove por cento) são destinadas para investimentos.

II – VOTO DO RELATOR

Após análise dos relatórios apresentados pela Administração Municipal, que contemplam as prioridades e metas para o FIA para o exercício de 2024, propõe-se a emissão de parecer pela aprovação dos valores constantes das ações pertinentes ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal, para o referido exercício.

Capinzal, SC., 13/ 07 /2023



Luciana Cadornin Baretta

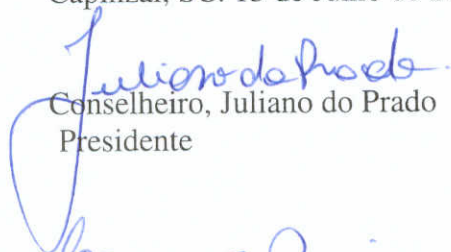
III – DECISÃO DA PLENÁRIA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal, por unanimidade dos presentes aprova a emissão de **PARECER pela APROVAÇÃO** das metas e prioridades a serem executadas pelo FIA em 2024, constantes do Projeto que estabelece as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município de Capinzal para o exercício de 2024, no desenvolvimento de ações voltadas aos objetivos postos na Lei Municipal nº 2.427, de 20 de dezembro de 2002, na Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1.990 e no Plano Municipal de Assistência Social.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal
CNPJ 01.439.705/0001-72
Rua Carmelo Zócoli, 155 – Capinzal – SC.

Capinzal, SC. 13 de Julho de 2023



Conselheiro, Juliano do Prado
Presidente



Conselheira, Carina Tavares Pereira
Vice-Presidente



Conselheira, Luciana Cadorin Baretta
Secretária.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE CAPINZAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA Nº 06/2023

Às 8:30 horas, do dia onze de julho de dois mil e vinte e três, reuniram-se nas dependências do Centro de Convivência do Idoso para reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Capinzal (CMDIC), com as presenças nesta reunião dos seguintes Conselheiros: Marisa Aparecida Isganzella, em substituição a titular Daniela Bortoli, Maria Aparecida Dondoni Palmera, Mary Terezinha Dalla Maria Tobaldini, Alexandre Roca Nascimento Nelci Weber, Adelaide Frigo, Elizeu Xavier Correia, Vanessa Bersaghi Callai, e Giseli Ramos. Além da presença do Advogado do CREAS, que está colaborado com os Conselhos Dr. Cleverson Machado Pereira. Aberta a reunião pela Presidente do Conselho, agradeceu a presença de todos os presentes e passou-se para a Pauta: Análise das Metas e Prioridades Orçamentárias relativas ao Fundo Municipal do Idoso de Capinzal que integram o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024. O Poder Executivo de Capinzal, através do Secretário Municipal de Administração e Finanças, Sr. Ivair Lopes Rodrigues, encaminhou a este Conselho o ofício 13/2023 de 06 de julho de 2023, acompanhado de diversos relatórios que demonstram as receitas previstas, as despesas fixadas e as ações pretendidas para o Fundo Municipal do Idoso de Capinzal, para o exercício de 2024, que constam do Projeto de Lei que trata da LDO para o exercício de 2024, para análise do CMDIC. As ações apresentadas foram pré-discutidas na audiência pública em 30/06/2023 e totalizam um valor de R\$ 320.608,00 (Trezentos e vinte mil, seiscentos e oito reais). Na análise dos relatórios apresentados pela Administração Municipal, pertinentes ao projeto de lei que contempla as prioridades e metas para o Fundo Municipal do Idoso de Capinzal no exercício de 2024, a presidente do CMDIC explicou aos presentes detalhadamente a proposta apresentada pelo executivo municipal. A matéria foi posta em discussão e votação que por unanimidade dos membros do CMDIC presentes foi aprovado a emissão de PARECER pela APROVAÇÃO dos recursos e das metas e prioridades constantes do projeto da LDO, a serem executadas pelo Fundo Municipal do Idoso de Capinzal no exercício de 2024, que propiciam o desenvolvimento de ações voltadas aos objetivos postos na LC nº 098, de 29 de Novembro de 2006, LC nº 240 de 16 de Abril de 2021, observando o disposto no art. 6º da Lei Federal nº 8.842/94 e os artigos 52 e 53 da Lei Federal 10.741/2003 e no Plano Municipal de Assistência Social. Sem mais, encerrou-se a reunião com lavratura da presente ata, por mim Maria Aparecida Dondoni Palmera redigida e assinada pelos demais presentes.

Mary T. D. Tobaldini Marisa Isganzella
Ana Adelaide Frigo Cleverson M. Pereira Vanessa Bersaghi Callai
Nelci Weber Elizeu Xavier Correia Marisa Dondoni Palmera
Giseli Ramos

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Capinzal/Secretaria Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal do Idoso		UF: SC
ASSUNTO: Análise e aprovação das Metas e Prioridades inseridas na LDO para 2024, do Fundo Municipal do Idoso		
RELATOR:		
PROCESSO: 001/2023		
PARECER CMDIC Nº: 001/2023	COLEGIADO: Conselho	APROVADO EM: 11/07/2023

I – RELATÓRIO

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Capinzal (CMDIC), Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 098, de 29 de Novembro de 2006, LC nº 240 de 16 de Abril de 2021, observando o disposto no art. 6º da Lei Federal nº 8.842/94 e os artigos 52 e 53 da Lei Federal 10.741/2003, após análise dos documentos apresentados pelo Executivo Municipal, pertinentes as metas e prioridades constantes do Projeto de Lei, que estabelece as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município de Capinzal para o exercício de 2024, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165, da Constituição Federal, com a previsão de aplicação de recursos orçamentários e financeiro, oriundos do tesouro municipal, bem como, provenientes de doações efetuadas por pessoas jurídicas e físicas, para o exercício de 2024, emite relatório e parecer que segue.

a) – DAS RECEITAS DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

A tabela a seguir demonstra a previsão das receitas a serem auferidas pelo Fundo Municipal do Idoso, durante o exercício de 2024, no valor de R\$ 320.608,00 (Trezentos e vinte mil, seiscentos e oito reais), assim composta: R\$ 75.712,00 (setenta e cinco mil, setecentos e doze reais) de receitas próprias e R\$ 244.896,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais) resultantes de repasse do tesouro municipal.

Tabela – 01			
Demonstrativo da Receita Orçada			
Código	Especificação		Valor
41000000000000	RECEITAS CORRENTES		75.712,00
41300000000000	Receita Patrimonial	5.408,00	
41700000000000	Transferências Correntes	64.896,00	
41900000000000	Outras Receitas Correntes	5.408,00	
Sub-Total			75.712,00
00000000000000	Transferências do Município		244.896,00
Total Geral			320.608,00

Conselho Municipal do Idoso
CNPJ 43.975.361/0001-66
Rua Carmelo Zócoli, 155 – Capinzal – SC.

b) – DAS DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Tabela – 02			
CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA			
Código	Especificação		Valor
30000000000000	DESPESAS CORRENTES		298.976,00
33000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	32.448,00	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	266.528,00	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL		21.632,00
44000000000000	Investimentos	21.632,00	
Total Geral			320.608,00

c) – DESPESAS POR AÇÃO

Tabela – 03		
AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2155	Manutenção das atividades do Fundo Munic. do Idoso	320.608,00
	Total	320.608,00

DEMONSTRATIVO DOS PERCENTUAIS DOS INVESTIMENTOS E
CUSTEIO EM RELAÇÃO À RECEITA

Tabela – 04			
PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO	(%)		320.608,00
PREVISÃO DE INVESTIMENTO	6,74		21.632,00
PREVISÃO DE CUSTEIO	93,26		298.976,00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO

Tabela – 05			
II.	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
08	Assistência Social	R\$	320.608,00
	Total	R\$	320.608,00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA

Tabela – 06			
III.	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS		
0170	Atendimento ao Idoso - Serviço	R\$	320.608,00

	Total	R\$	320.608,00
--	-------	-----	------------

Na síntese apresentada nas tabelas 02 a 06, verifica-se que para o exercício de 2024, o Fundo Municipal do Idoso disporá do valor de R\$ 320.608,00 (Trezentos e vinte mil, seiscentos e oito reais) para o desenvolvimento de ações que assegurem os direitos sociais do idoso criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Do total das despesas, R\$ 298.976,00 (Duzentos e noventa e oito mil, novecentos e setenta e seis reais) correspondendo 93,26% (Noventa e três vírgula vinte e seis por cento) são destinadas ao custeio e R\$ 21.632,00 (Vinte e um mil, seiscentos e trinta e dois reais) correspondendo 6,74 (Seis vírgula setenta e quatro por cento) são destinadas para investimentos.

II – VOTO DO RELATOR

Após análise dos relatórios apresentados pela Administração Municipal, que contemplam as prioridades e metas para o Fundo Municipal do Idoso para o exercício de 2024, propõe-se a emissão de parecer pela aprovação dos valores constantes das ações pertinente ao Fundo Municipal do Idoso de Capinzal, para o referido exercício.

Capinzal, SC., 11 de Julho de 2023



Alexandre Roca Nascimento

Conselho Municipal do Idoso
CNPJ 43.975.361/0001-66
Rua Carmelo Zócoli, 155 – Capinzal – SC.

III – DECISÃO DA PLENÁRIA

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Capinzal (CMDIC), por unanimidade dos presentes aprova a emissão de **PARECER pela APROVAÇÃO** das metas e prioridades a serem executadas pelo Fundo Municipal do Idoso em 2024, constantes do Projeto que estabelece as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município de Capinzal para o exercício de 2024, no desenvolvimento de ações voltadas aos objetivos postos na Lei Municipal nº 098 de 29 de Novembro de 2006, LC nº 240 de 16 de Abril de 2021 na Lei Federal nº 8.842/94 e os artigos 52 e 53 da Lei Federal 10.741/2003.

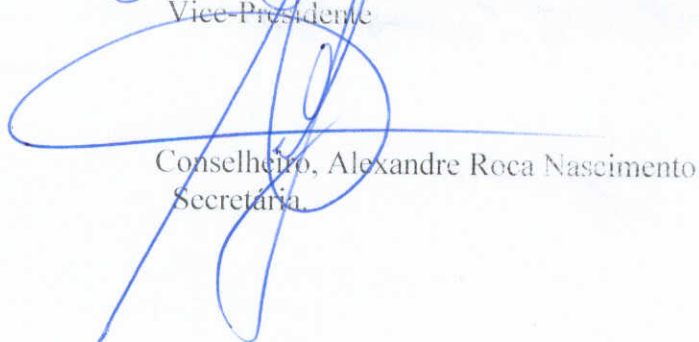
Capinzal, SC, 11 de Julho de 2023



Maria Aparecida Dondoni Palmeira
Presidente



Conselheira, Mary Terezinha Dalla Maria Tobaldini
Vice-Presidente



Conselheiro, Alexandre Roca Nascimento
Secretaria